



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO**  
***Gerência das Comissões***

---

**ATA DA 6º REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA/ CPSP-2025.**

Ao dia nove do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, quinta-feira, às dez horas, está sendo realizada a reunião DA COMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA/ CPSP-2025, na Câmara Municipal de Porto Velho, situada na rua Belém, nº 139, no Bairro Embratel, nesta cidade de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia. Para debater a seguinte pauta: A problemática relacionada à ausência de um posto policial no Distrito de Abunã, Implementação da Atividade Delegada no âmbito do município de Porto Velho. Estão presentes na reunião a Vereadora Sofia Andrade (Presidente da Comissão de Segurança Pública), o Vereador Nilton Souza (2º Secretário da Comissão de Segurança Pública), o Vereador Pedro Geovar, Dr. André Luiz (Polícia Civil), Sr. Sérgio Paraguaçu (Secretário Geral do Governo), Eliardo Vicente (Chefe de Gabinete da Vereadora Sofia Andrade), Carlos Carvalho (Assessor da Vereadora Sofia Andrade), Alvaro Lustosa (Chefe de Gabinete do Vereador Nilton Souza), os servidores da Comissão de Segurança Pública: Carolina Muniz, Mariana Soares, Nathiele de Aquino, Esther Rodrigues, Maria de Nazaré Cordeiro, Francili da Silva, Marcelio Gomes, Gilmar Garcia, Flávio Cesar, Katia Cilene. A vereadora Sofia Andrade deu início à reunião com a aprovação da ata da última sessão da Comissão de Segurança Pública. Na sequência, manifestou satisfação em receber o Secretário Municipal e o Delegado para tratar sobre a Implementação da Atividade Delegada no Município. Destacou que o tema tem gerado grande demanda por parte da população e expressou a expectativa de que a atividade delegada possa contribuir significativamente para a melhoria da segurança pública local. Solicitou esclarecimentos quanto aos trâmites para efetiva implantação da iniciativa. Em seguida, questionou o vereador Pedro Geovar sobre o encaminhamento da meta. O vereador Pedro Geovar informou que já foram realizadas visitas à direção da Polícia Civil com o objetivo de solicitar celeridade no processo referente à atividade delegada. Comunicou que a Procuradoria Geral do Estado (PGE) havia solicitado correções no processo, as quais foram devidamente atendidas e devolvidas à PGE na data anterior. Sugeriu a formação de uma comissão para acompanhamento e reforço da cobrança por agilidade, além de colocar a Prefeitura à disposição para colaborar no que for necessário à efetivação



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO**  
***Gerência das Comissões***

da medida. A vereadora Sofia Andrade solicitou esclarecimentos ao secretário Sérgio Paraguassú sobre a situação da Atividade Delegada no âmbito da gestão Municipal. Destacou a importância de obter uma resposta objetiva quanto aos prazos para a efetivação da medida, considerando os questionamentos recorrentes da população sobre eventuais atrasos, tanto na esfera municipal quanto estadual. O secretário Sérgio Paraguassú informou que a atividade delegada é considerada uma prioridade pela gestão municipal. Relatou que todas as tratativas no âmbito da prefeitura já foram realizadas, incluindo reuniões com a Polícia Militar, Polícia Civil e SEJUS. Destacou que o processo enfrentou atraso na Procuradoria Geral do Estado (PGE), que era responsável por emitir o parecer necessário à formalização dos convênios. Na semana anterior, o convênio com a Polícia Militar foi assinado, após obtenção do parecer favorável da PGE. Contudo, foi identificada a necessidade de uma alteração na redação do projeto de lei, especificamente quanto à forma de pagamento aos policiais, que deverá ser feita diretamente pela prefeitura, e não por meio das corporações, conforme constava na versão original da lei. O convênio com a Polícia Civil está em fase final, e espera-se também a formalização junto à Polícia Penal. O secretário afirmou que a proposta de alteração legislativa será encaminhada à Câmara até o início da próxima semana e solicitou o apoio dos vereadores para tramitação urgente da matéria. Estima-se que, com a aprovação da nova redação, o Município possa iniciar o chamamento dos policiais para atuação na atividade delegada em um prazo de 10 a 15 dias. A vereadora Sofia Andrade solicitou informações ao secretário sobre a quantidade de policiais prevista para o primeiro chamamento no âmbito da atividade delegada. Em resposta, o secretário Sérgio Paraguassú informou que ainda não há uma definição exata sobre a quantidade de policiais que serão incluídos no primeiro chamamento da atividade delegada. Contudo, adiantou que, por se tratar do período de final de ano, o número deverá ser superior ao de meses regulares. Afirmou que serão formados grupos de trabalho específicos para cobrir eventos e demandas sazonais, e que será desenvolvido um plano de trabalho para definir a quantidade de efetivo necessária. A vereadora Sofia Andrade questionou se há previsão de que os policiais designados à atividade delegada também atuarão nos distritos do Município, ou se a atuação estará restrita exclusivamente à área urbana. O secretário Sérgio Paraguassú respondeu que a atuação da atividade delegada nos distritos dependerá das demandas específicas de cada localidade, as quais serão avaliadas a partir da



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO**  
***Gerência das Comissões***

assinatura e formalização dos convênios. Informou que o Gabinete Militar, em conjunto com a Secretaria de Segurança, está elaborando um planejamento a ser apresentado à Secretaria de Governo, com o objetivo de identificar os locais de atuação dos policiais. Ressaltou que, nos distritos, o número de policiais é naturalmente menor e que a atividade delegada deverá ser realizada, prioritariamente, pelos policiais lotados nas próprias localidades, resultando em uma atuação reduzida em comparação à área urbana central. A vereadora Sofia Andrade perguntou ao vereador Pedro Geovar se ele teria algo a apresentar ou acrescentar à reunião. O vereador Pedro Geovar registrou que há uma grande expectativa, tanto da população quanto das forças de segurança pública, em relação ao início da atividade delegada. Destacou a importância de acelerar o processo para que o trabalho seja iniciado o quanto antes, possibilitando uma resposta efetiva para a sociedade. A vereadora Sofia Andrade dirigiu-se ao delegado Dr. André, responsável pelo Departamento de Polícia Metropolitana, que inclui as delegacias da capital e dos distritos. Manifestou preocupação com o elevado índice de criminalidade no distrito do Baixo Madeira, destacando a dificuldade que a população tem para comunicar e registrar as ocorrências na região. O delegado Dr. André afirmou que todos os registros de ocorrências são devidamente realizados no distrito do Baixo Madeira e que, apesar da necessidade de presença policial na região, não considera o local como de preocupação excessiva em termos de criminalidade. A vereadora Sofia Andrade questionou se a situação relatada pelo delegado Dr. André sobre o Baixo Madeira é similar em todos os distritos, e se atualmente há alguma área específica com maior problemática em segurança pública. O delegado Dr. André informou que a região de Extrema apresenta maior problemática em segurança pública, especialmente na área rural, devido a conflitos de terra e fazendas que, embora pontuais, geram violência significativa. Destacou que a região é mais populosa, assim como outros distritos como Nova Califórnia e Bandeirantes. Ressaltou que, apesar da preocupação com esses incidentes, a Polícia Civil possui estrutura e capacidade para atender a essas ocorrências de forma adequada e em tempo hábil. A vereadora Sofia Andrade questionou o delegado Dr. André sobre possíveis parcerias entre a Prefeitura, que já conta com a atividade delegada e em breve contará com a Guarda Municipal, e a Polícia Civil, visando aumentar a segurança nos distritos, especialmente no que diz respeito à violência no campo. O delegado Dr. André explicou que, embora a atividade delegada não tenha como



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO**  
***Gerência das Comissões***

finalidade principal a investigação, ela auxilia na redução do fluxo de registros de ocorrência, o que melhora o fluxo de trabalho da Polícia Civil. Com uma presença mais ostensiva, é possível diminuir a criminalidade e concentrar os esforços em casos mais graves. Ressaltou seu apoio ao projeto da Prefeitura e destacou a importância da atuação nos distritos, que trará benefícios tanto para a segurança local quanto para as atividades investigativas da Polícia Civil. A vereadora Sofia solicitou ao secretário o envio dos dados sobre as problemáticas em cada distrito, para que a gestão possa direcionar o envio de policiais para atividades delegadas de forma pontual. Ela ressaltou a importância dessa medida até a efetivação da guarda municipal, destacando que alguns distritos, como Bandeirantes, possuem população superior a muitos municípios, com cerca de 25 mil habitantes. O Dr. André informou que não há unidade da Polícia Civil na localidade mencionada, destacando que a presença policial no local é muito importante e contribui para a redução dos índices de criminalidade, auxiliando na segurança da região. O vereador Pedro Geovar, integrante da Polícia Civil, registrou com orgulho que a instituição alcançou um índice de 92% na elucidação de crimes de homicídio nesta semana, um dos maiores do Brasil. Ele destacou que, apesar das dificuldades pessoais e estruturais, a Polícia Civil desempenha papel fundamental na manutenção da ordem na sociedade. A vereadora Sofia perguntou ao secretário Sérgio Paraguaçu se ele teria algo a acrescentar. O secretário Sérgio Paraguassú afirmou que o objetivo é trabalhar em parceria com a Polícia Civil, Polícia Militar e a Guarda Municipal, não apenas na presença policial, mas também por meio de cooperação e monitoramento. Ele destacou planos para a instalação de totens de segurança e a realização de convênios para interligar sistemas e facilitar a troca de informações, visando aumentar a segurança da população. A vereadora Sofia apresentou um projeto de videomonitoramento facial inspirado no sistema SmartSampa, utilizado em São Paulo, destacando seus bons resultados para facilitar o trabalho da Polícia Militar e Civil. Ela ressaltou a importância de implementar essa tecnologia no Município e que o projeto já está em avaliação pela Prefeitura. Além disso, Sofia abordou a necessidade de enfrentar a “romantização” da criminalidade na cultura local, citando o exemplo do funk no Rio de Janeiro e o fenômeno chamado “noiadance” em Porto Velho, que considera uma expressão inaceitável e perigosa do crime organizado. A vereadora pediu apoio da gestão para combater essa cultura, ressaltando que será necessário coragem para enfrentar essa questão e que apresentará um projeto para



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO**  
**Gerência das Comissões**

impedir a promoção e aceitação dessas manifestações no Município. A vereadora Sofia questionou o secretário Sergio Paraguassú sobre a situação atual da Guarda Municipal. O secretário informou que já foi formada a comissão para o concurso da Guarda Municipal e que está em processo a escolha da banca organizadora. Ele mencionou a necessidade de uma pequena alteração legislativa para criar a ouvidoria e corregedoria da Guarda, com projeto de lei previsto para ser enviado na próxima semana. O projeto já está pronto e em análise na área econômica. O secretário Sergio Paraguassú acredita que o edital do concurso poderá ser lançado ainda este ano, com uma equipe dedicada para isso e para outros concursos públicos aprovados, que ocorrerão de forma concomitante. O vereador Nilton Souza destacou a importância da atividade delegada para reforçar a segurança, especialmente no centro da cidade, onde furtos em lojas na região da 7 de Setembro, da Rio Madeira até a Avenida Guaporé, têm ocorrido quase todas as noites. Ele relatou que muitos comerciantes fecham seus estabelecimentos por medo da criminalidade, prejudicando o comércio local. Nilton mencionou a tática usada por criminosos para se disfarçarem como moradores de rua, dificultando a ação policial. Por fim, perguntou ao secretário Sérgio sobre o andamento da pendência na Procuradoria Geral do Estado referente à atividade delegada, ressaltando a urgência da questão. O secretário Sérgio Paraguaçu informou que o parecer positivo da Procuradoria Geral do Estado (PGE), aguardado para viabilizar a atividade delegada, já foi emitido. Com isso, o convênio com a Polícia Militar já foi assinado, e está aguardando a assinatura dos convênios com a Polícia Civil e a Polícia Penal para dar continuidade ao processo. O vereador Nilton Souza explicou que o objetivo da comissão, composta pela vereadora Sofia, ele próprio, vereador Fernando Silva e outros vereadores ligados à Polícia Civil, é identificar as falhas na segurança pública e propor soluções para contribuir com a melhoria da área. Ele ressaltou que é essencial evitar que a população e os investidores, responsáveis por gerar emprego e renda, continuem sofrendo com a situação atual. A servidora Esther Rodrigues relatou que tiveram que soldar as portas da sua casa devido a frequentes roubos praticados por pessoas sob efeito de drogas, que furtavam até gasolina dos carros no estacionamento em frente à sua casa. Ela mencionou a insegurança causada por esses furtos e questionou quem será responsável pelo controle da situação, destacando a dificuldade financeira para contratar vigilância privada e a falta de respeito dos infratores. O Dr. Andre explicou o funcionamento do sistema de



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO**  
***Gerência das Comissões***

persecução criminal no Brasil, destacando que a maioria dos infratores já possui registros criminais e múltiplas prisões anteriores. Ele ressaltou que, apesar das prisões, a legislação penal muitas vezes resulta na liberação rápida desses indivíduos, o que dificulta a prevenção efetiva. Segundo ele, é necessário criar mecanismos de prevenção mais eficientes, já que grande parte dos criminosos que praticam delitos leves, como furtos sem violência, frequentemente retorna à prática do crime devido ao cumprimento de penas mais brandas. A vereadora Sofia destacou que, infelizmente, a segurança pública no país enfrenta problemas relacionados às penas e ao cumprimento delas, agravando a situação geral. O vereador Nilton Souza, que é advogado e delegado de polícia, destacou o risco do exercício arbitrário das próprias razões, conforme o artigo 145 do Código Penal, alertando que empresários estão cada vez mais inclinados a fazer justiça com as próprias mãos para proteger seu patrimônio. Ele explicou que a demora ou falta de resposta rápida da polícia tem levado a essa situação, o que pode resultar em prejuízos para a população e agravamento da insegurança. Dr. André comentou sobre as reclamações frequentes da sociedade em relação à atuação da polícia, reconhecendo que nem sempre a resposta é perfeita ou rápida. Ele ressaltou que, apesar das dificuldades enfrentadas pelos policiais, a legislação vigente dificulta uma atuação mais eficaz, pois muitos criminosos acabam sendo liberados rapidamente e voltam a delinquir. Segundo ele, é comum que policiais em Porto Velho já tenham prendido repetidamente as mesmas pessoas. O vereador Nilton respondeu, mencionando sua experiência pessoal como policial penal, além de vereador. Ele destacou que esteve lotado na UNESP, na unidade de monitoramento, e que participou da maioria das operações conjuntas com a polícia militar na cidade. Relatou que, apesar de realizar diversas apreensões, os presos frequentemente são liberados poucos dias depois, permanecendo sob monitoramento, o que reforça a dificuldade no combate efetivo à criminalidade. Dr. André afirmou que uma legislação penal mais rígida melhoraria a situação da segurança pública. Ele explicou que, com penas mais severas, a energia policial poderia ser direcionada a novos infratores, já que aqueles que cometem crimes estariam cumprindo penas em regime fechado. Atualmente, o aparato policial é constantemente utilizado para lidar com as mesmas pessoas reincidentes. O vereador Nilton Souza propôs um encaminhamento por meio da Comissão de Segurança Pública para solicitar uma operação na região central da cidade, especialmente na rua 7 de Setembro. A ideia



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO**  
***Gerência das Comissões***

é realizar uma triagem das pessoas que permanecem nas calçadas da área, abordando, identificando e registrando foto, nome e endereço de cada indivíduo, para mapear quem está ali e entender melhor a situação. Ele destacou que, em passagem recente, observou cerca de 15 pessoas aglomeradas no local, que acredita ser um núcleo de articulação. A vereadora solicitou que a Comissão faça um pedido formal à Secretaria de Assistência Social para tratar da situação dos moradores de rua, que muitas vezes estão envolvidos em atividades criminosas. Ela também pediu informações sobre as políticas públicas existentes relacionadas a essa população. O secretario Sérgio informou que existe uma força-tarefa envolvendo a Polícia Militar, Polícia Civil e a SEMIAS, que estão se reunindo e planejando a forma de abordagem dos moradores de rua. Também mencionou que a Secretaria de Assistência do Estado já realizou algumas reuniões e está desenvolvendo ações relacionadas ao tema. A Vereadora Sofia comentou que acompanhou, pela internet, prefeitos de outros municípios realizando abordagens a moradores de rua e, quando verificam que a pessoa não é do município, a encaminham de volta para sua cidade de origem. Perguntou se não há alguma ação semelhante em Porto Velho, considerando que muitos desses moradores não são daqui e vêm para a cidade apenas para cometer crimes e permanecer nas ruas. O Secretário Sérgio Paraguacu informou que as ações são conjuntas, envolvendo Ministério Público, Polícia Civil, e demais órgãos, com o objetivo de estabelecer as medidas a serem adotadas. Ressaltou que o trabalho é realizado em conjunto para definir as melhores estratégias. O Servidor Marcelio Tenório informou que está participando do grupo de discussão sobre moradores de rua representando a Câmara Municipal, na qualidade de presidente da Comissão de Inclusão Social da Casa. Relatou que já houve uma primeira reunião organizada pela SEMIAS, com participação do Ministério Público, Defensoria Pública da União (DPU), Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Polícia Militar, entre outros órgãos. Mencionou que a Polícia Militar já havia planejado uma ação na área central da cidade, mas, a pedido da defensora da DPU, a operação foi adiada para que fosse feito um levantamento técnico de informações, o qual será encaminhado ao comandante do 1º Batalhão da PM. Informou ainda que uma nova reunião será marcada, e que fará um documento interno convidando os vereadores para participar desse próximo encontro. A Vereadora Sofia Agradeceu a presença de todos os servidores, representantes das instituições e participantes da reunião. Não havendo mais nada a tratar, declarou



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO  
***Gerência das Comissões***

---

encerrados os trabalhos da Comissão.

Gerência das Comissões, 09 de outubro de 2025.

Vereadora Sofia Andrade  
**Presidente/CPSP/2025**

Vereador Nilton Souza  
**2º Secretário /CPSP/2025**



Assinado por **Sofia Andrade De Aguiar Gomes** - VEREADORA - Em: 30/10/2025, 12:23:26



Assinado por **Nilton De Souza Melo** - Vereador - Em: 29/10/2025, 10:54:41